



COMPLIANCE ZERO

BC na mira do TCU

No Senado, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirma que BC seguiu as regras no caso Master, mas Congresso e TCU apuram possíveis falhas da autarquia

» RAFAELA GONÇALVES

A liquidação extrajudicial do Banco Master abriu uma nova frente de questionamentos sobre a atuação do Banco Central na supervisão do sistema financeiro. A decisão, tomada após a identificação de indícios de fraude bilionária pela Polícia Federal, levou o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) a solicitar que a Corte investigue possíveis falhas, omissões ou insuficiências na fiscalização exercida pela autarquia sobre o Master e suas subsidiárias.

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, ontem, o presidente do BC, Gabriel Galípolo, foi alvo de forte pressão de parlamentares, que cobraram explicações sobre a atuação da autarquia no caso e questionaram a efetividade dos mecanismos de supervisão do sistema financeiro.

Galípolo defendeu a atuação da autoridade monetária e afirmou que a autarquia seguiu integralmente todos os procedimentos legais no processo de intervenção e liquidação do Master, decretado na semana passada. Segundo ele, cada etapa foi conduzida “dentro do rigor técnico previsto em lei”, em resposta a indícios graves identificados pela área de supervisão.

“O BC trabalhou desde o primeiro minuto”, disse Galípolo, ao agradecer o apoio do Ministério Público, da Polícia Federal e do Judiciário, responsáveis pelas etapas criminais e judiciais do caso. Galípolo ressaltou que as liquidações bancárias frequentemente se arrastam por décadas no Judiciário e contou que está seguindo, no caso Master, exatamente o que prevê a legislação.

O banqueiro central ressaltou que aspectos que têm despertado atenção no caso não constituem, necessariamente, irregularidades a serem questionadas pelo regulador. “Você emitir CDBs (Crédito de Depósito Interbancário) a 140% não configura nenhum tipo de infração ou problema em nenhum sentido. Assim, como também foi colocado aqui, eventualmente, ter fotos de acionistas ou de dirigentes frequentando festas não são, vamos dizer assim, um elemento para uma liquidação”, comentou.

Andressa Anholete/Agência Senad



Na CAE, Galípolo diz aos senadores que BC cumpriu todos os procedimentos legais no processo de liquidação

Ele reiterou que não cabe ao Banco Central avaliar “a conveniência” de transações feitas pelo mercado, e reforçou que “o BC cumpre o que está no gabarito da norma legal”.

Sobre o caso do Master, Galípolo declarou que o ponto mais surpreendente foi o fato de uma instituição com “restrição de liquidez” negociar uma carteira de crédito. “Ora, o problema original não era justamente a falta de liquidez? Então, é raro você ver uma instituição que está sofrendo algum tipo de restrição de liquidez constituir uma carteira”, disse. Segundo ele, ao analisar essa carteira, o BC identificou inconsistências. Testes por amostragem não encontraram evidências de que os créditos “efetivamente existiam”.

“A partir daí, saímos da esfera administrativa e de regulação. Poxa, existiu, eventualmente, uma fraude? De quem é a responsabilidade? Esse processo extrapola o Banco Central e entra na esfera criminal”, destacou o presidente do BC, que destacou que a autarquia comunicou o caso ao Ministério Público desde o início.

Galípolo também criticou a circulação de informações distorcidas e o que chamou de “especialistas

de WhatsApp”. Segundo ele, decisões regulatórias sempre desagradam algum interesse, o que abre espaço para interpretações oportunistas nas redes. “Toda decisão vai provocar algum tipo de setor que não pode ser agradado”, disse. “Você pode juntar a dificuldade de transmitir a informação com algum eventual oportunismo nas redes sociais.”

Senadores cobram CPI

Parlamentares defenderam a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as operações que culminaram na liquidação extrajudicial do Banco Master. A senadora Leila Barros (PDT-DF) afirmou que o pedido de criação já está protocolado e convocou os colegas a assiná-lo. Ela acrescentou que o BC atuou com rapidez logo após a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) aprovar a compra do Master pelo Banco de Brasília (BRB). A parlamentar ainda questionou Galípolo sobre o papel do BRB no episódio, perguntando se o banco teria sido uma “vítima incompetente” ou se teria agido de má-fé. Galípolo, por sua vez, alegou que não

poderia comentar todos os pontos devido a informações sob sigilo e ao fato de a investigação ainda estar em curso.

O presidente do BC também foi pressionado por outros parlamentares e aproveitou a audiência para pedir que o Legislativo avance na votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reforça a autonomia da autoridade monetária. A medida cria um novo marco institucional para o Banco Central, garantindo autonomia técnica, operacional, administrativa, orçamentária e financeira.

O senador Esperidião Amin (PP-SC), que já assinou o pedido da CPI do caso Master, defendeu que uma Comissão poderia esclarecer os desdobramentos do caso e criticou a supervisão do BC. “Estamos vendo cenas do século passado. Hoje, não voto a favor da autonomia do BC. O algoritmo não mostrou que o crescimento do Master era anômalo? Não confio em quem não tem esse algoritmo”, afirmou.

Eduardo Braga (MDB-AM) chamou a situação de “farra no sistema financeiro” e classificou o episódio como “um escândalo”. “O Master era uma tragédia anunciada”, disse.

Acordo para Campos Neto

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, foi convocado a prestar esclarecimentos na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado sobre o acordo que permitiu ao ex-presidente da autarquia Roberto Campos Neto encerrar um processo administrativo mediante o pagamento de R\$ 300 mil. O termo extinguiu uma apuração por falhas no monitoramento de operações de câmbio quando Campos Neto ainda era executivo do Banco Santander.

Na audiência, Galípolo rejeitou a tese de que o acordo poderia interferir em investigações criminais eventualmente relacionadas ao caso. “O BC não faz termo de leniência, ainda mais ao ponto de interromper uma investigação criminal”, afirmou. “Qualquer termo de acordo feito pelo Banco Central ou por qualquer autarquia não tem o condão de evitar uma investigação criminal”, acrescentou.

O senador Renan Calheiros (MDB-AL), presidente da CAE e autor dos requerimentos que convocaram Galípolo e o presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) Ricardo Saadi, ontem, acusou o BC de “blindar” Campos Neto ao firmar o compromisso de R\$ 300 mil. Galípolo respondeu que a legislação que é definida pelo Congresso e que a autoridade monetária apenas aplica o que está previsto em lei.

Saadi, por sua vez, reforçou que o Coaf não participa de decisões administrativas do BC nem possui atribuições de investigação. “Uma coisa é a esfera administrativa, outra coisa é a esfera criminal. Eventual acordo na esfera administrativa, em nenhum momento, atrapalha ou evita qualquer investigação criminal que poderia estar sendo feita”, disse.

O termo de compromisso assinado por Campos Neto só é aplicável em infrações consideradas

leves, aquelas que não representam risco à liquidez ou à solvência das instituições supervisionadas. Com o pagamento e a promessa de não reincidência, o processo administrativo foi encerrado.

Contas-bolsão e juros

Os senadores também questionaram o Coaf sobre o uso das chamadas “contas-bolsão” por fintechs, modelo que concentra recursos de vários clientes em uma única conta aberta em nome das próprias empresas. O mecanismo se torna irregular quando serve para oferecer serviços financeiros sem autorização ou para mascarar os beneficiários reais das operações. Segundo autoridades, o modelo tem sido utilizado por facções criminosas para ocultar recursos. A Operação Carbono Oculto identificou o uso de pelo menos 40 fundos de investimento e fintechs em

um esquema bilionário ligado ao setor de combustíveis.

A audiência também abordou a condução da política monetária pelo BC. Galípolo defendeu a manutenção da taxa básica da economia (Selic) em 15% ao ano, afirmando que o patamar atual decorre da inflação persistentemente acima da meta. “A meta não é 4,5%, é 3%. Desde que assumi, em 11 meses, eu descumprí a meta em todos os meses”, disse.

Segundo ele, a legislação determina que a autoridade monetária use a taxa de juros como único instrumento disponível para perseguir a meta de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional. “O comando legal que recebi foi: ‘você tem esse instrumento chamado taxa de juros e deve usá-lo para perseguir a meta de 3%”, afirmou. (RG)

Leia mais sobre BRB nas páginas 16 e 17

Comércio em PAUTA



Informativo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), do Sesc e do Senac

CNC COMEMORA 80 ANOS COM HOMENAGEM NO SENADO E CAMPANHA NA TV E INTERNET

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) completa 80 anos em novembro de 2025. Nesta quarta-feira (26), a celebração institucional será realizada em uma sessão solene no Senado Federal, além de missa na Catedral Metropolitana de Nossa Senhora Aparecida, em Brasília.

Nas redes sociais e na televisão, o filme institucional apresenta a campanha de aniversário, transmitindo a longevidade e a proximidade características na relação entre a Confederação e seus representados. As comemorações incluem, ainda, o lançamento do livro institucional com a história da entidade, uma edição limitada de selo comemorativo dos Correios e a exposição “80 anos da CNC”, no Anexo II da Câmara dos Deputados – Espaço Mário Covas, de 25 a 27 de novembro.

Principal representante do empresariado do comércio de bens,

serviços e turismo, a CNC tem papel de articuladora do Sistema Comércio, que integra a Confederação, Federações, Sindicatos Empresariais, Sesc e Senac. Desde sua fundação, a entidade tem acompanhado e influenciado os grandes ciclos da economia brasileira, da reconstrução do pós-guerra às transformações digitais e ao avanço do e-commerce.

“Chegar aos 80 anos com a relevância que a CNC tem hoje significa olhar para trás e ver que caminhamos lado a lado com a história econômica do Brasil”, afirmou o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros. “Ao longo desse percurso, trabalhamos para que o comércio, os serviços e o turismo se tornassem mais competitivos e produtivos, defendendo menos burocracia, mais segurança jurídica e um ambiente de negócios favorável aos investimentos e à geração de empregos.”



SESC REÚNE CORREDORES DO BRASIL E DA GUIANA FRANCESA EM PROVA NA FRONTEIRA NORTE

A corrida já virou rotina na vida de milhões de brasileiros. Segundo dados da Associação Brasileira de Organizadores de Corridas de Rua e Esportes Outdoor (Abraceo), a modalidade registrou um crescimento de 29% em 2024. O Circuito Sesc de Corridas faz parte desse movimento.

Anualmente, são realizadas aproximadamente 120 provas em todo o País, reunindo mais de 110 mil participantes, nos grandes centros e cidades do interior. O grande destaque do circuito este ano foi a Corrida Binacional França-Brasil, promovida pelo Sesc no Amapá.

A prova contou com mais de 3 mil corredores e contemplou tanto atletas experientes, que

puderam optar pelo percurso de 21 km, como os iniciantes, com a prova de 6 km, além da versão kids.

Os corredores atravessaram a Ponte Binacional Franco-Brasileira, que liga os municípios do Oiapoque, no Brasil, a Saint-Georges, na Guiana Francesa. A corrida, que foi um marco de integração, amizade e superação, também teve seu lado solidário.

Na retirada do kit atleta, os participantes contribuíram para o programa Sesc Mesa Brasil com doações de produtos de higiene pessoal e limpeza. Ao todo, foram arrecadados 10 mil itens, entregues posteriormente a instituições assistenciais de ambos os municípios.



Os corredores atravessaram a Ponte Binacional que liga o Oiapoque a Saint-Georges

SENAC RIO SUMMIT 2025 LANÇA CONCURSO DE REDAÇÃO E 5 MIL VAGAS GRATUITAS EM IA

O Senac Rio Summit, realizado em parceria com o Sebrae Rio, teve mais uma edição de sucesso, nos dias 17 a 19 de novembro, no ExpoRio.

Evento gratuito voltado à inovação, inclusão digital e transformação social, a terceira edição teve como novidade o lançamento de um concurso de redação com o tema “Inovação e Comércio: como as novas tecnologias, ideias e práticas estão transformando o mundo dos negócios e o cotidiano das pessoas no Rio de Janeiro”.

A iniciativa convida os participantes a refletir sobre o comércio como um espaço de transformação social. As inscrições e o envio das redações podem ser realizados até o dia 17 de janeiro pelo link www.rj.senac.br/concurso-de-redacao-senac, onde também consta o edital.

Outro anúncio promovido durante o Senac Rio Summit foi o lançamento de 5 mil vagas gratuitas no curso de Inteligência Artificial do Senac-RJ.

O curso adota a metodologia 100% prática, contextualizada e digital, com aulas remotas ao vivo. Durante as oito horas de formação (cerca de duas semanas), os alunos vão aprender a usar IA na criação de textos e imagens, utilizando ferramentas como ChatGPT e Gemini, com foco em Prompt Engineering.

As aulas iniciam em dezembro, e as inscrições podem ser feitas pelo link: ianapratica.rj.senac.br.



Alunos aprenderão a usar ferramentas de IA com foco em Prompt Engineering